



Número de mulheres eleitas permanece estável

Ao contrário das notícias divulgadas pela imprensa nacional e pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sobre o crescimento das mulheres nestas eleições, o CFEMEA constatou que o número de mulheres eleitas, tanto para as câmaras de vereadores quanto para as prefeituras municipais manteve-se praticamente estável. A constatação baseou-se em pesquisa realizada pelo Centro, comparando dados eleitorais das últimas eleições, utilizando informações do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal - e do TSE.

A comparação dos resultados eleitorais de 2000 com os de 1996 é muito complicada, já que 33,03% dos registros do TSE para o ano de 1996 não tinham informação sobre



mujer fempress/140

o sexo. Foi observando os dados comparativos das duas eleições que o CFEMEA concluiu que o número de mulheres eleitas nestas eleições não teve um crescimento significativo, e aponta as razões que acredita terem contribuído para este quadro. (páginas 6, 7 e 8)

Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial é um novo espaço internacional para a reflexão daqueles/as que se contrapõem às políticas neoliberais. O objetivo é formular alternativas, trocar experiências e construir articulações entre ONGs, movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas em nível planetário. O Fórum acontecerá, no Brasil, em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro do próximo ano. O movimento de mulheres terá uma responsabilidade especial com relação a este encontro. (pág. 05)

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES ENCERROU A CAMPANHA CONTRA A POBREZA E VIOLÊNCIA.

PÁGINA 3

CRIADA A “ARTICULACIÓN FEMINISTA MARCOSUL” EM MONTEVIDEU.

PÁGINA 9

CRESCE O NÚMERO DE ABORTOS ENTRE ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL.

PÁGINA 10

Levamos um susto ao constatar que o número de mulheres eleitas manteve-se praticamente estável, nas eleições municipais. Em 1996 foram eleitas 6.598 mulheres, segundo dados do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, e, neste ano, o número de eleitas é de 7000, apesar do significativo aumento do número de mulheres candidatas, alcançado com a política de cotas. Dos 31 municípios que terão segundo turno, as mulheres ainda disputam as prefeituras de seis deles. Nesta edição, levantamos algumas interpretações possíveis para este fato.

Mas, se no campo político-partidário ainda temos muito o que caminhar, nas ruas as mulheres mostraram ao mundo sua força e que ainda há muito a ser conquistado. Com o slogan “2000 Razões para Marchar”, a Marcha Mundial das Mulheres encerrou, com louvor, sua campanha contra a pobreza e a violência. Passeatas e manifestações mobilizaram o Brasil inteiro, inclusive

democratizando informações importantes sobre economia e os processos de globalização.

As feministas estão entrando com tudo nos debates acerca das escolhas econômicas. As propostas elaboradas pelo movimento de mulheres foram bem recebidas pelo comitê organizador do Fórum Social Mundial, que acontecerá em janeiro do ano que vem, em Porto Alegre. Vamos ter a participação de feministas nos principais painéis de discussão, garantindo o olhar de gênero nas temáticas desenvolvidas.

O Fêmea traz, ainda, um balanço da luta pela descriminalização do aborto. Em Brasília, a data foi marcada com solenidade na Câmara Distrital para a entrega do dossiê sobre Saúde Sexual e Reprodutiva d@s Adolescentes no Distrito Federal, elaborado pelo Fórum de Mulheres do DF. O Dossiê é mais um instrumento importante na luta por nossos direitos.

CNDM faz levantamento sobre DEAMs

O CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - está realizando um levantamento de todas as 304 Delegacias da Mulher (DEAM) do país. O objetivo é avaliar as condições de funcionamento. O Conselho quer saber de que forma poderá ajudar a melhorar o serviço nas DEAMs. A idéia surgiu porque o CNDM está recebendo, com frequência, reclamações de todo o Brasil, do funcionamento das Delegacias.

As Delegacias da Mulher têm até o dia 8 de novembro para responder o questionário enviado pelo CNDM con-

tendo perguntas como: condições de trabalho, estrutura física, ações e atribuições d@ titular da Delegacia, quais as dificuldades que enfrentam, se atendem adolescentes e crianças e apontar sugestões que possam melhorar o atendimento ao público. Após a avaliação dos questionários o CNDM realizará um Encontro, em Brasília, com todas as Delegacias da Mulher. São Paulo é o estado, hoje, que tem o maior número de DEAMs, num total de 125.

O CNDM também vai realizar uma pesquisa para avaliar a situação das Casas Abrigo em todo o país.

Número de DEAMs no Brasil

AC	1	ES	10	PA	16	RS	11
AL	1	GO	3	PB	6	RO	7
AP	1	MA	6	PR	15	RR	1
AM	2	MG	3	PE	2	SC	11
BA	2	MT	5	PI	2	SP	125
CE	1	MS	5	RJ	7	SE	2
DF	1	MG	56	RN	2	TO	5

SCN, Quadra 6, Bloco A,
Sala 602, Ed. Venâncio
3000, 70716-000, Brasília-
DF – Brasil, Telefone: (61)
328-1664 - Fax: (61) 328-
2336 - E-mail:
cfemea@cfemea.org.br
Home page:
<http://www.cfemea.org.br>

Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe Responsável:
Almira Correia de Caldas
Rodrigues, Guacira César
de Oliveira e
Malô Simões Lopes.

Conselho Consultivo:
Parlamentares: Deputadas
Fátima Pelaes, Jandira
Feghali, Laura Carneiro,
Luci Choinacki, Maria
Elvira, Rita Camata, Zulaiê
Cobra. Deputados Eduardo
Jorge, Fernando Gabeira,
José Genoíno, Miro
Teixeira, Paulo Paim.
Senadora Emília

Fernandes. Senadores
Ademir Andrade, Lúcio
Alcântara e Roberto Freire.
Feministas: Albertina Costa,
Ana Alice Alcântara Costa,
Ana Maria Rattes, Elizabete
Oliveira Barreiros, Fátima
Oliveira, Heleith Saffioti,
Jacqueline Pitanguy, Leilah
Borges Costa, Luiza Bairros,
Marah Régia, Margareth
Arihla, Maria Amélia Teles,
Maria Aparecida Shumaher,
Maria Berenice G. Delgado,
Maria Helena Silva, Nair
Goulart, Sônia Correia e
Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas:
Álvaro Villaça, Denise
Dourado Dora, Edna Roland,
Elizabeth Garcez, Leila
Linhares, Maria Bethânia
Melo Ávila, Paola Cappellin
Giuliane, Silvia Pimentel e
Vera Soares.

Equipe CFEMEA: Adriano
Fernandez Cavalcante,
Almira Correia de Caldas
Rodrigues, Catherine Braga
Monteiro, Cláudia Almeida
Teixeira, Dyana Yzabel
Azevedo Dias, Edna Maria
Cristina Santos, Eliana
Magalhães Graça, Elizabeth
Saar, Fabiana Zamora, Glaci
do Carmo Bren de Andrade,
Gilda Cabral, Guacira César
de Oliveira, Iáris Ramalho
Cortés, Malô Simões Lopes,
Mirla de Oliveira Maciel,
Sérgio Gomes Timóteo e
Sônia Malheiros Miguel.

Assessores(as)
Parlamentares: Dyana
Yzabel Azevedo Dias, Eliana
Magalhães Graça e
Elizabeth Saar.

Jornalista Responsável:
Edna Maria Cristina Santos,
RP 1439/08/60/DF

Estagiária: Iêri Barros Luna
**Projeto Gráfico, Editoração
Eletrônica, Fotolito e
Impressão:**

UP LINE Editora - 344-0913.
Apoio: Fundação Ford,
Fnuap e UNIFEM.
Tiragem: 5.000 exemplares.

Mulheres em Marcha

Mulheres do mundo exigem da ONU e de seus Estados membros medidas concretas para eliminação da pobreza e violência contra as mulheres, e garantia de igualdade entre homens e mulheres.

A Marcha Mundial das Mulheres encerrou, no dia 17, a campanha contra a pobreza e a violência, iniciada no dia 8 de março. Palestras, oficinas, debates e ações de rua expuseram as principais reivindicações das mulheres de mais de 5.000 grupos e 159 países e territórios envolvidos na Marcha.

A ação centralizada mundialmente, durante o encerramento da Marcha, foi a entrega de um abaixo-assinado ao Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, em Nova York. O abaixo-assinado exige a justa distribuição da riqueza mundial, o fim da violência e a igualdade entre homens e mulheres. As sedes do FMI e Banco Mundial também foram alvos de manifestações.

A Fédération des Femmes du Québec, no Canadá, iniciou a Marcha com o objetivo de dar visibilidade às propostas comuns aos movimentos de mulheres do mundo no combate à pobreza e à violência. No dia 18 de outubro de 1998, mulheres de 65 países se reuniram em Montreal para montar uma plataforma única de reivindicações.

No Brasil, representantes de 15 estados definiram o eixo das reivin-



dicações brasileiras: terra, trabalho e autodeterminação das mulheres. Isso significa exigir, entre outras coisas, a reforma agrária, o direito de decidir sobre o próprio corpo, a luta contra a política econômica do atual governo, principalmente em relação à dívida externa e ao FMI, e as várias formas de violência a que somos submetidas.

“Fiquei impressionada com a grande adesão de pessoas de or-

ganizações tão diferentes”, explicou Miriam Nobre, integrante da SOF— SempreViva Organização Feminista, organizadora da Marcha no Brasil. Desde o lançamento, a Campanha contou com atuação constante dos estados do ES, MG, RJ, RN, RS, SE, SP e PE. Os demais estados alternavam momentos de forte expressão com outros mais fracos. O 8 de março, a Marcha das Margaridas e o 17 de outubro — Dia de Combate à Pobreza — foram as manifestações marcantes.

Em alguns lugares, as mulheres se mobilizaram em torno de casos específicos (como, por exemplo, o assassinato da jornalista paulista Sandra Gomide por seu ex-namorado, ocorrido em agosto) para cobrar ações concretas. No Rio de Janeiro foram promovidas aulas em escolas, distribuição de panfletos e aulas públicas para desmistificar a economia.

Contribuir para que as “mulheres reflitam sobre os temas macroeconômicos e as consequências no seu cotidiano” foi uma das propostas da Marcha. “É importante mostrar o protagonismo das mulheres. A possibilidade de estar discutindo esses temas proporcionou mudanças concretas na vida das mulheres”, afirmou Miriam Nobre.

Em Brasília, a Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência Sexista foi encerrada, no dia 16, com manifestação das mulheres em frente ao hotel Naoum, por ocasião da abertura do Fórum do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento — O ATAQUE À POBREZA. Além das entidades organizadoras da Marcha, estavam presentes parlamenta-

res, lideranças feministas e representantes de organizações que apoiam a luta das mulheres. Além das faixas, foram distribuídos folders sobre a Marcha e adesivos com o slogan da Iniciativa Gênero: **O Ajuste Desajusta a Vida**. Na Cerimônia de Abertura do evento, a mesa era composta por representantes do Banco Mundial: David de Ferranti (Vice Presiden-

te), Nicholas Stern (Vice Presidente Sênior e Economista Chefe) e Gobind T. Nankani (Diretor do BM no Brasil), pelo Ministro da Fazenda - Pedro Malan, pela Presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária — Ruth Cardoso e pela Senadora Marina Silva, que citou a carta das mulheres. Também foi entregue cópia da carta para o Ministro Malan e para a Dra. Ruth.

Congresso discute Orçamento para 2001

No dia 31 de agosto o Governo Federal enviou para o Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2001. A partir daí foi aberta a discussão dentro do Parlamento, propiciando espaço para a participação da sociedade civil na sensibilização dos parlamentares para que apresentem emendas que atendam a seus interesses.

O prazo para apresentação das emendas vai de 2 a 11 de novembro.

Como vem acontecendo nos últimos anos, o CFEMEA começa a se articular com outras organizações para preparar e sugerir emendas, objetivando alocar recursos em áreas consideradas importantes para a efetivação de políticas públicas

relacionadas aos direitos das mulheres. As duas áreas que tradicionalmente têm sido objeto de emendas são: saúde da mulher; e construção e manutenção de casas abrigo para mulheres em situação de violência.

O CFEMEA já está realizando gestões junto à área técnica da saúde da mulher, no Ministério da Saúde e ao CNDM, para definir quais serão as propostas a serem apresentadas. Ao mesmo tempo, estamos fazendo contato com as Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados. Isto porque as emendas de Comissão têm muito mais força do que as emendas de parlamentares individuais.

CPI da Mortalidade Materna volta a se reunir

Por enquanto estão previstas duas atividades para a Comissão neste mês, dia 17 reunião interna e no dia 18, audiência pública, ainda sem confirmação de nomes. O CFEMEA, visando contribuir para a elaboração do relatório final da CPI, entregará aos integrantes da mesa uma síntese do estudo realizado, no ano de 1999, que faz um paralelo entre os programas de saúde da mulher e o Orçamento da União, além de encaminhar um dossiê elaborado pela radialista Mara Régia, a partir de cartas recebidas em seu programa Natureza Viva, Natureza Mulher, onde mulheres relatavam casos que dizem respeito ao tema investigado pela CPI.

Câmara dos Deputados discute Assédio Sexual

No dia 4 de outubro iniciou-se, na Comissão de Constituição e Justiça, a discussão do Projeto de Lei nº 61/99 de autoria da deputada Iara Bernardi (PT/SP), que dispõe sobre a criminalização do assédio sexual. O relator do projeto nesta Comissão é o deputado Marcelo Déda (PT/SE), que apresentou um substitutivo ao projeto original.

Quatro deputados pediram vistas ao projeto por entenderem que algumas modificações são necessárias para o seu aperfeiçoamento. De um modo geral, durante as discussões, pode-se perceber um grande envolvimento dos parlamentares com o tema e uma grande preocupação da maioria em encontrar uma forma de punir a prática do assédio sexual, tanto nas relações de poder como nas relações sociais.

Exame ginecológico para trabalhadoras aprovado na Câmara dos Deputados

Foi aprovado no dia 4 de outubro, no Plenário da Câmara dos Deputados, o projeto de lei nº 1542/91, de autoria do deputado Ricardo Izar (PMDB/SP), que propicia às trabalhadoras e servidoras públicas atendimento integral à sua saúde, podendo ser dispensadas, uma vez por ano, para a realização de exame das patologias previstas no PAISM. O parágrafo único do projeto determina que a traba-

lhadora ou servidora apresentará ao empregador ou à chefia, no prazo de 30 dias, atestado de comparecimento ao serviço de saúde, do qual não constará o diagnóstico ou o procedimento realizado. Ainda estabelece que o Ministério da Saúde realizará campanhas de divulgação e de estímulo à atenção integral da saúde da mulher. O projeto agora seguirá para apreciação no Senado Federal.

Etiquetas em sutiãs orientam para o auto-exame dos seios

O Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, aprovou, no dia 4 de outubro, o projeto de lei nº 2412/96, de autoria do deputado Jacques Wagner (PT/BA), que dispõe sobre a existência de etiqueta de orientação para prevenção do câncer de mama na fabricação e co-

mercialização de sutiãs. A etiqueta deverá orientar o auto-exame de seios para identificar sinais que permitam o tratamento precoce do câncer de mama. Caso nenhum parlamentar recorra para sua apreciação em Plenário, o projeto seguirá para o Senado Federal.

As feministas no Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial é um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de tod@s os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.

Este Fórum será realizado todos os anos, a partir de 2001, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos/Suíça sempre no final de janeiro. O espaço criado pelo Fórum Social estará voltado para a formulação de alternativas, para a troca de experiências e para a construção de articulações entre ONGs, movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas em cada país. São essas organizações que vão enfrentar o desafio de promover e financiar o Fórum Social Mundial.

A proposta de criar o Fórum aconteceu em decorrência das mobilizações ocorridas, na Europa, contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), em 1998, das grandes manifestações de Seattle durante o Encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999 e das realizadas recentemente em Washington contra as políticas do FMI e Banco Mundial.

Tratando-se de um fórum

social, com foco na sociedade civil planetária, é imprescindível dar voz às mulheres. O feminismo, uma teoria crítica e uma prática política, tem produção teórica e política consistente sobre as questões sociais, econômicas e culturais do desenvolvimento, da pobreza, da exclusão e da cidadania. Por este motivo, a ação internacional do



movimento de mulheres tem sido das maiores entre os movimentos sociais, especialmente se avaliarmos o que foi a presença das mulheres nas diferentes conferências das Nações Unidas: Meio Ambiente, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, e Beijing. Há, portanto, força política e acúmulo de debate internacional.

O movimento de mulheres brasileiras tem uma especial responsabilidade com relação a este primeiro FSM, pois ele acontecerá aqui, em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro.

Foi por todos estes motivos que a Articulação de Mulheres Brasileiras, juntamente com a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, o CLADEM - Brasil (Comitê Latino-americano e do Caribe de Defesa dos Direitos da Mulher), o Observatório da Cidadania - Brasil, a REPEM (Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina), e a Rede DAWN - Global, apresentaram ao Comitê Brasil, organizador do Fórum Social Mundial, uma proposta concreta para garantir transversalidade às temáticas de gênero e à participação de feministas nos principais painéis de discussão. Todas as propostas apresentadas foram muito bem recebidas pelo Comitê Brasil e já foram incorporadas na programação do Fórum.

Em recente Seminário, realizado no mês de setembro, em Montevideu, que reuniu várias organizações de mulheres

do Cone Sul e do Brasil, ficou decidida a produção de uma espécie de convocação destas mulheres para as outras feministas do mundo participarem do Fórum Social Mundial.

Para obter mais informações sobre o FSM e para inscrever-se basta acessar o website

www.forumsocialmundial.org.br

Número de mulheres e

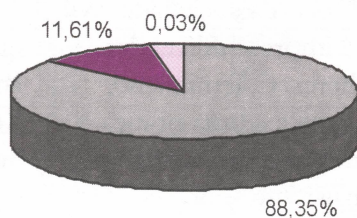
A comparação dos resultados eleitorais de 2000 com os resultados de 1996 é bastante complicada, tendo em vista que 33,03% dos registros do Tribunal Superior Eleitoral, para o ano de 1996, não continham informação sobre o sexo. Este dado, naquele ano, ainda não era de preenchimento obrigatório na ficha de inscrição de candidaturas.

Se trabalharmos com os dados do TSE, para as Câmaras de Vereadores, vamos identificar um crescimento do número de mulheres eleitas, que passaram de 4338 (7,41%), em 1996, para 7000 (11,61%) em 2000.

Mas, se nós utilizarmos os dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, que realizou um processo de checagem dos registros sem indicação de sexo, identificando neste universo as mulheres e os homens, a primeira observação que salta aos olhos é que o número de mulheres e homens eleit@s permaneceu praticamente estável.

Em 1996, segundo os dados do IBAM, foram eleitas 6.598 mulheres vereadoras, representando 10,99% do total, e neste ano de 2000, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral, foram 7000 as mulheres eleitas, representando 11,61%. Parte deste pequeno crescimento detectado pode, ainda, ser creditado ao aumento do total de municípios brasileiros - em 1996 ocorreram eleições em 5.505 municípios, e em 2000 em 5.559.

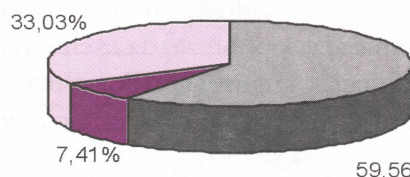
Eleit@s - Câmara de Vereadores



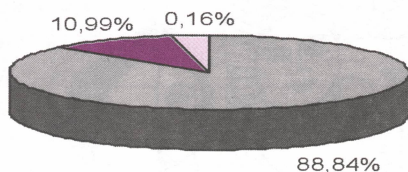
■ Homens – 53.257
■ Mulheres – 7.000
□ Sexo não informado – 20

**Eleições
2000
TSE**

**Eleições
1996
TSE**



■ Homens – 34.870
■ Mulheres – 4.338
□ Sexo não informado – 19.330



■ Homens – 53.316
■ Mulheres – 6.598
□ Sexo não informado – 98

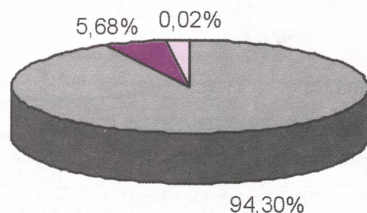
**Eleições
1996
IBAM**

Se formos analisar os resultados para as Prefeituras Municipais, nos deparamos com o mesmo problema. Os resultados eleitorais de 1996, divulgados pelo TSE também estão sub-estimados, tendo o IBAM feito o mesmo processo de checagem dos nomes

sem informação do sexo.

Em relação aos dados de 2000, vale ressaltar que 31 municípios ainda vão realizar eleições em segundo turno, com mulheres concorrendo às Prefeituras em 6 destas cidades (Maceió, Olinda, Belfort Roxo, Pelotas, Santos e São Paulo).

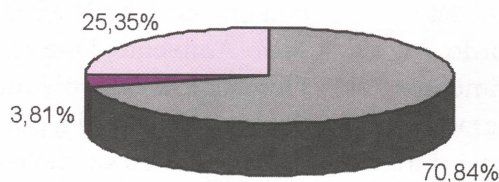
Eleit@s - Prefeituras Municipais



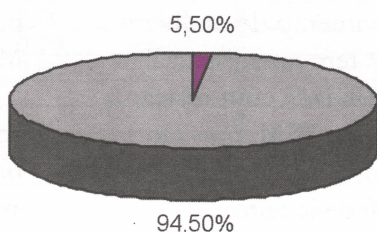
■ Homens – 5.213
■ Mulheres – 314
□ Sexo não informado – 1

**Eleições
2000
TSE**

**Eleições
1996
TSE**



■ Homens – 3.479
■ Mulheres – 187
□ Sexo não informado – 1.240



■ Homens – 5.202
■ Mulheres – 303
□ Sexo não informado – 0

**Eleições
1996
IBAM**

eleitas se mantêm estável

O número de mulheres eleitas, tanto para as Câmaras de Vereadores quanto para as Prefeituras Municipais, manteve-se praticamente estável. Este é um fenômeno a ser explicado e que demanda profundas investigações. Pelo menos três interpretações iniciais podem ser feitas:

1. pelos resultados eleitorais de 2000, no que tange à participação política das mulheres, podemos considerar que o único mecanismo adotado para estimular essa participação – o sistema de cotas por sexo para as candidaturas às eleições proporcionais – ainda que venha sendo significativo e importante para o aumento do número de mulheres candidatas, não produziu efeitos, nesta eleição, no número de mulheres eleitas;

2. a dureza do jogo político partidário-eleitoral, ainda um território masculino por excelência, acarreta profundas adversidades para as mulheres adentrarem e se manterem nesse espaço. O que demonstra a necessidade de outras políticas de ação afirmativa visando reverter este quadro; e

3. além da resistência dos partidos políticos, a resistência das próprias mulheres para entrarem nos espaços da política tradicional.

Vale lembrar, ainda, que um crescimento significativo do número de mulheres eleitas ou em posições de poder é um processo de médio e longo prazos, necessitando de outros estímulos e novas políticas de ações afirmativas como campanhas, cursos de capacitação para mulheres e apoio efetivo, inclusive financeiro, dos partidos políticos para candidaturas e eleição de mulheres. Políticas que propiciem mudanças nas formas como mulheres e homens encaram o acesso das mulheres aos espaços de poder.

“Mulheres na Política, Mulheres no Poder a chance de fazer o novo acontecer”

Este é o slogan da campanha radiofônica, elaborada pelo CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em parceria com o CFEMEA e apoio do UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, visando estimular a participação das mulheres na política. As fitas foram produzidas pela jornalista de Brasília Mara Régia de Parma.

O primeiro lado contém uma versão radiofônica com extratos do Vídeo Mulheres na Política - Mulheres no Poder, do CNDM, visando sensibilizar as mulheres para a participação política, em especial nas eleições. Contém, também, spots nas áreas de violência, saúde e trabalho, privilegiando pontos da Plataforma Feminista - Eleições 2000, da AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras. O segundo traz textos com dicas de como monitorar gestões e mandatos de representantes eleitos, a partir da experiência do CFEMEA, com o objetivo de contemplar temas do movimento feminista e de mulheres nas políticas públicas.



As fitas foram veiculadas na Rede de Mulheres no Rádio (formada por comunicadoras populares de todo o país, com programas voltados para a temática de gênero) e distribuídas aos fóruns estaduais de mulheres. Quem tiver interesse pode entrar em contato com o CNDM no telefone (61) 224-3105.

Veja os resultados das Eleições de 2000 para as Câmaras de Vereadores e Prefeituras Municipais, por Partidos Políticos, segundo o sexo d@ s eleit@s.

CÂMARA DE VEREADORES

BRASIL – ELEIT@S POR PARTIDO/SEXO – ELEIÇÕES 2000

Partidos Políticos	Mulheres		Homens		Sexo não informado		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
PRONA	5	16,67	25	83,33	0	0,00	30
PT	350	14,08	2.135	85,92	0	0,00	2.485
PC do B	20	13,33	129	86,00	1	0,67	150
PST	54	13,24	354	86,76	0	0,00	408
PFL	1.164	12,06	8.482	87,91	3	0,03	9.649
PSDB	1.010	11,86	7.503	88,10	3	0,04	8.516
PPB	835	11,82	6.225	88,15	2	0,03	7.062
PMDB	1.333	11,72	10.036	88,24	4	0,04	11.373
PTB	583	11,69	4.404	88,29	1	0,02	4.988
PSD	170	11,60	1.295	88,40	0	0,00	1.465
PRTB	19	11,45	147	88,55	0	0,00	166
PT do B	20	11,36	156	88,64	0	0,00	176
PSB	194	11,27	1.527	88,68	1	0,06	1.722
PRP	41	11,17	326	88,83	0	0,00	367
PL	322	11,15	2.563	88,78	2	0,07	2.887
PGT	3	11,11	24	88,89	0	0,00	27
PPS	282	11,00	2.280	88,96	1	0,04	2.563
PMN	41	10,59	345	89,15	1	0,26	387
PDT	374	9,93	3.390	90,04	1	0,03	3.765
PRN	6	9,84	55	90,16	0	0,00	61
PV	30	9,52	285	90,48	0	0,00	315
PHS	12	9,16	119	90,84	0	0,00	131
PSL	43	8,79	446	91,21	0	0,00	489
PTN	7	8,54	75	91,46	0	0,00	82
PSC	61	8,31	673	91,69	0	0,00	734
PSDC	19	7,79	225	92,21	0	0,00	244
PAN	2	6,45	29	93,55	0	0,00	31
PCB	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1
PSTU	0	0,00	3	100,00	0	0,00	3
PCO	0	-	0	-	0	-	0
Total	7.000	11,61	53.257	88,35	20	0,03	60.277

CFEMEA/Eleições 2000
Fonte: TSE - dados gerados em 11/10/2000

PREFEITURAS MUNICIPAIS

BRASIL – ELEIT@S POR PARTIDO/SEXO – ELEIÇÕES 2000

Partidos Políticos	Mulheres		Homens		Sexo não informado		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
PRP	3	18,75	13	81,25	0	0,00	16
PT do B	1	16,67	5	83,33	0	0,00	6
PSC	3	9,38	29	90,63	0	0,00	32
PSB	12	9,16	119	90,84	0	0,00	131
PSD	10	9,01	101	90,99	0	0,00	111
PV	1	7,69	12	92,31	0	0,00	13
PFL	75	7,30	952	92,70	0	0,00	1.027
PPS	11	6,71	153	93,29	0	0,00	164
PTB	25	6,30	372	93,70	0	0,00	397
PST	1	6,25	15	93,75	0	0,00	16
PSDB	58	5,88	928	94,02	1	0,10	987
PPB	32	5,19	585	94,81	0	0,00	617
PMDB	59	4,71	1.194	95,29	0	0,00	1.253
PT	8	4,60	166	95,40	0	0,00	174
PL	9	3,86	224	96,14	0	0,00	233
PDT	6	2,09	281	97,91	0	0,00	287
PAN	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1
PHS	0	0,00	6	100,00	0	0,00	6
PMN	0	0,00	14	100,00	0	0,00	14
PRN	0	0,00	3	100,00	0	0,00	3
PRTB	0	0,00	4	100,00	0	0,00	4
PSDC	0	0,00	8	100,00	0	0,00	8
PSL	0	0,00	26	100,00	0	0,00	26
PTN	0	0,00	2	100,00	0	0,00	2
PC do B	0	-	0	-	0	-	0
PCB	0	-	0	-	0	-	0
PCO	0	-	0	-	0	-	0
PGT	0	-	0	-	0	-	0
PRONA	0	-	0	-	0	-	0
PSTU	0	-	0	-	0	-	0
Total	314	5,68	5.213	94,30	1	0,02	5.528

CFEMEA/Eleições 2000
Fonte: TSE - dados gerados em 11/10/2000

Mulher e Democracia no Mercosul

O fortalecimento de um espaço de articulação regional é uma estratégia necessária para potencializar a capacidade de iniciativa, proposta, negociação, alianças e pressão política das organizações de mulheres no marco regional e das novas agendas sociais. Foi a partir desta constatação que as participantes do Seminário Mulher e Democracia no Mercosul decidiram criar a *Articulación Feminista Marcosur*. O pontapé inicial foi dado, em Montevideu, por organizações feministas e iniciativas nacionais envolvidas, ao longo dos últimos seis anos, com a Conferência Mundial sobre a Mulher. Estavam presentes organizações e articulações de todos os países do Cone Sul, do Brasil, da Bolívia e do Peru.

O Mercosul, evidentemente, é um dos alvos da ação desta nova articulação. A Declaração Sócio-laboral do Mercosul, no capítulo dos Direitos Individuais e Promoção da Igualdade assegura que a igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens será garantida através de normas e práti-

cas laborais. Apesar da Declaração, não é difícil constatar que a perspectiva de gênero é praticamente inexistente na estrutura institucional do Mercosul. A bem da verdade, a dimensão social como um todo é muito restrita. As mulheres sindicalistas, que já têm presença neste espaço institucional que o digam!

Ações desenvolvidas tanto no âmbito oficial, quanto da sociedade civil, possibilitaram que em 1998 fosse criada, na estrutura do Mercosul a Reunião Especializada da Mulher (REM), com o objetivo de ser um espaço de análise da situação das mulheres nos países membros. O status político muito diferenciado e a debilidade de alguns mecanismos institucionais da mulher na região pesam decisivamente sobre as possibilidades da REM alcançar os objetivos a que se propõe.



Tendo em vista estes espaços institucionais, a *Articulación Feminista Marcosur* parte dos conhecimentos que tem, da experiência política e da capacidade de articulação regional adquiridos nos processos nacionais e regional que envolveram a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing e Beijing + 5) para definir algumas estratégias de intervenção do movimento de mulheres.

A *Articulación Feminista* pretende entregar ao Observatório de Trabalho do Mercosul, as análises e indicadores destacados nos estudos nacionais realizados para o seguimento da Plataforma de

Ação Mundial pelas articulações de mulheres. Deve-se, ainda, estabelecer um canal de interlocução com a REM – Reunião Especializada da Mulher, que tem encontro marcado para dezembro próximo, no Rio de Janeiro.

Articulación Feminista Marcosur no Fórum Social Mundial

A segunda reunião da *Articulación Feminista Marcosur*, se realizará no marco do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001, em Porto Alegre. A proposta é impulsionar os debates sobre a equidade de gênero nos processos de integração regional.

No espaço deste Fórum, a *Articulación* além de realizar a sua reunião de trabalho, quer propiciar dois dias de debate, garantindo a presença de mulheres das articulações do Brasil, Bolívia, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, assim como de painelistas

de reconhecida trajetória para abordar temáticas macroeconômicas e políticas que identifiquem as novas agendas e os novos desafios para as mulheres em um mundo globalizado.

Oportunizar essas discussões no âmbito do Fórum Social Mundial significa contribuir para que os movimentos de mulheres da nossa região tomem contato com novas dimensões dos múltiplos cenários nacionais, regionais e globais. É também uma oportunidade para aprofundar o intercâmbio de experiências e a

definição de agendas com as feministas do hemisfério Norte. Por fim, mas não menos importante, objetiva-se também intervir nos debates globais da sociedade civil com o aporte e a elaboração dos conhecimentos teórico-políticos dos estudos de gênero e do feminismo internacional.

Para obter mais informações a respeito desta iniciativa das feministas, consulte a página web: www.muieresdelsur.org.uy. E para saber mais sobre o Fórum Social Mundial, veja a página www.forumsocialmundial.org.br.

Aborto em adolescentes cresce no DF

Foto: Fábio Bicas/CLDF

No dia 28 de setembro (Dia pela Descriminalização do Aborto) o Fórum de Mulheres do Distrito Federal constatou uma triste realidade na capital da República: o número de casos de aborto entre meninas adolescentes, de 10 a 19 anos, praticamente duplicou de 1996 para 1997. Os dados foram apresentados pelo Fórum de Mulheres do DF no dossiê "Saúde Sexual e Reprodutiva d@s Adolescentes no Distrito Federal" que foi lançado oficialmente numa solenidade na Câmara Legislativa do Distrito Federal, na presença de representantes do movimento de mulheres, de instituições governamentais que trabalham com adolescentes e políticos.

De acordo com o Dossiê o número de adolescentes que recorreram aos serviços do SUS para corrigir seqüelas de aborto mal feito (curetagem) cresceu significativamente nos últimos 3 anos. Esse aumento excedeu, proporcionalmente, o índice de gravidez precoce no mesmo período. O número de atendimentos passou de 10%, em 1996, para 19,58%, em 1999. Foram 623 casos em 96 e 1090 em 99.



Fórum de mulheres entrega dossiê na Câmara Distrital

O dossiê, que está sendo distribuído às ONGs, instituições governamentais e mídia, traz dados globais sobre a situação da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes no DF, com enfoque nas políticas públicas dirigidas a essas jovens.

Em relação à grave situação em que se encontram as jovens do DF o Fórum apresentou, na Câmara, algumas reivindicações como disponibilização de recursos orçamentários destinados especificamente à saúde sexual e reprodutiva, monitoramento pela Câmara Legislativa e pelo Ministério Público do DF e Territórios da implantação de políticas públicas e serviços de educação sexual e de saúde pelo governo do DF, capacitação dos profissionais de educação e de saúde

da rede pública e implementação do Programa de Atenção Integral ao Adolescente em todas as regiões administrativas do DF.

"É preciso considerar que cada vez mais os adolescentes estão exercendo sua vida sexual mais cedo. Precisamos encarar essa realidade e apresentar políticas públicas que ofereçam informação preventiva para esses jovens" concluiu a assessora parlamentar do CFEMEA, Elizabeth Saar. A deputada Maria José Maninha (PT-DF) ressaltou a importância do movimento de mulheres ficar atento à questão do orçamento na hora de reivindicar políticas públicas para a saúde das mulheres e de adolescentes. Destacou que no DF, para o próximo ano, o orçamento do governo prevê um corte na área de saúde de 40%.

Um balanço do Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe

As atividades em torno da Campanha 28 de setembro mobilizaram as Regionais da Rede Saúde e os Fóruns de Mulheres Brasileiras, bem como grupos e pessoas de todo o país. Em várias cidades brasileiras as ações femininas para o 28 de setembro tiveram ampla repercussão na rádio, TV e imprensa escrita.

A Rede Saúde mobilizou os esforços da sua equipe e de colaboradoras em toda a América Latina e Caribe para colocar no ar o site da Campanha 28 de setembro:

<http://www.campanha28set.org>.

A Home Page da Campanha permite acessar os seguintes conteúdos, em versões em português e espanhol: atividades e folheto de divulgação da Campanha 2000; legislação sobre o aborto na América Latina e Caribe; o direito ao aborto nas Conferências do Cairo e Beijing; artigos, informes e notícias dos países da região.

Em São Paulo, a RedeSaúde e Católicas pelo Direito de Decidir utilizaram durante 4 dias, dois painéis

eletrônicos situados em grandes avenidas, a Paulista e a Rebouças, divulgando a mensagem: "Aborto não é pecado. Aborto é direito à saúde, direito de escolha e direito de cidadania".

A Regional da Rede em Goiás, Sergipe e Minas realizou debate sobre o tema e em Pernambuco foram feitas visitas ao Hospital Agamenon Magalhães e ao Instituto Médico Legal a fim de dialogar com as equipes de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual.



Sou cidadã, conheço meus direitos

Direito Constitucional - Competência da União

O QUE É COMPETÊNCIA

Competência é a capacidade legal de uma pessoa ou autoridade praticar certos atos ou resolver determinados assuntos de interesse público. No caso da União, esta competência é exercida pelo Presidente da República. A competência pode ser passada, por ordem hierárquica, para outra pessoa que exerce uma função pública.

O Presidente da República, ao tomar posse, torna-se competente para gerenciar o país e, ao dar posse aos ministros de Estado, transfere para eles as competências de cada Pasta (Pasta é como também são chamados os Ministérios). Por exemplo: o Ministro da Agricultura é o responsável por toda a política da nossa agricultura, o Ministro da Saúde é o responsável pela saúde de toda a população brasileira e assim por diante. Os ministros, por sua vez, também delegam competência para outras pessoas. Do mais alto ao mais humilde servidor tem a sua competência determinada.

Quem delega competência nunca deixa de ser responsável pelos atos praticados por quem recebeu esta delegação. Assim, por exemplo, quando um funcionário, ou uma funcionária de um dos ministérios, lá no interior do país, pratica algum ato contra a administração pública, este ato deve ser respondido por seu superior e a responsabilidade vai subindo até chegar à Presidência da República. Por isso

é que dizemos que o Governo vai bem ou vai mal, mesmo que, diretamente, o Presidente não tenha agido de forma incorreta. É a chamada “responsabilidade solidária”. Todos são responsáveis.

O QUE COMPETE À UNIÃO

À União compete todas as grandes questões de interesse público nacional, que atinja o Brasil e os brasileiros, como por exemplo:

- ◆ manter relações com Estados estrangeiros;
- ◆ assegurar a defesa nacional e tudo que a ela está relacionado;
- ◆ planejar, executar e fiscalizar a economia nacional;
- ◆ manter todos os serviços de interesse nacional;
- ◆ classificar as diversões públicas e programas de rádio e televisão;
- ◆ conceder anistia;
- ◆ planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades;
- ◆ instituir diretrizes para a habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
- ◆ organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;
- ◆ estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem.

O QUE COMPETE À UNIÃO, AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS

Existem algumas questões que

são da responsabilidade comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Entre elas podemos citar:

- ◆ zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições;
- ◆ promover a saúde e assistência pública;
- ◆ proteger documentos, obras, bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos;
- ◆ proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- ◆ proteger o meio ambiente e preservar as florestas, a fauna e a flora;
- ◆ fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- ◆ promover a construção de moradias e do saneamento básico;
- ◆ combater as causas da pobreza;
- ◆ registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- ◆ estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Nota: estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos. Exemplo: filh@ significa filha mulher e filho homem.

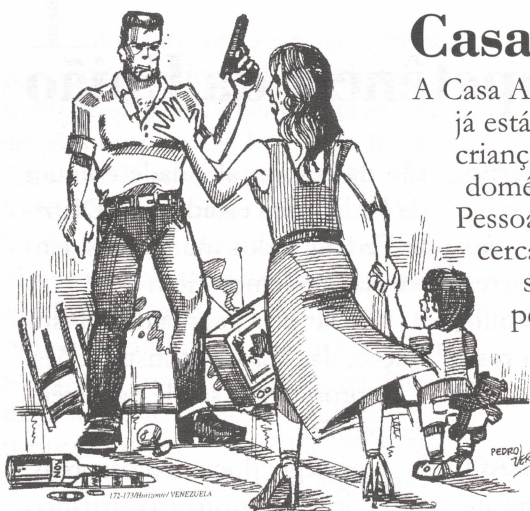
Acontece

ILGA

O Conselho Regional da ILGA (Associação Internacional de Gays e Lésbicas) vai promover a II Conferência Latino-Americana e do Caribe da ILGA, nos dias 11 a 14 de novembro, no Rio de Janeiro. O objetivo é promover o desenvolvimento e fortalecimento de organizações e ativistas do movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis) da América Latina e Caribe, através de oficinas, seminários e cursos de capacitação e intercâmbio de informações e experiências. Informações pelo fone/fax (21) 552-5995 e 293-5322, e-mail gai@alternex.com.br, ou www.arco-iris.org.br.

Casa Abrigo

A Casa Abrigo Violeta Formiga já está abrigando mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e sexual em João Pessoa. A Casa pode abrigar cerca de 20 mulheres, com seus filhos, que podem permanecer por até três meses, sem direito a retorno. Mais informações no Centro da Mulher 8 de Março (83) 241-6828.



172-173 Mulheres/VENEZUELA
mujer fempress/172-173

Conferência Nacional de Saúde

Nos dias 16 a 19 de dezembro vai acontecer a 11ª Conferência Nacional de Saúde, em Brasília. A proposta preliminar é para 3 temas: Avaliação do Controle Social nos 10 anos do SUS; Financiamento e responsabilidades das 3 esferas político-administrativas para garantir o acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle Social; Modelo Assistencial e de Gestão para garantir acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social. Mais informações na RedeSaúde, (21) 262 1704 ou redesaude@org.br.

Disque SOS Mulher

As mulheres de São Paulo já podem contar com novo serviço de orientação: Disque SOS Mulher- Serviço de Orientação à Saúde da Mulher. O serviço vai atender, por telefone, mulheres de todas as idades que precisam de orientação, aconselhamento, informações ou encaminhamento nas diversas questões relacionadas à saúde da mulher. O telefone de atendimento é (11) 3034-2321 e funciona de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 e das 13 às 17 horas. Mais informações no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde/SP, (11) 3812-8681, ou fax (11) 3813-8578, ou cfssaude@uol.com.br.



mujer fempress/172-173

Prêmio CLÁUDIA

Há quatro anos a Revista Cláudia instituiu o Prêmio Cláudia para promover o reconhecimento do trabalho de mulheres que se destacam na luta por um país melhor.

Este ano a diretora colegiada do CFEMEA, Malô Simões Lopes foi uma das juradas. São cinco mulheres premiadas a cada ano. Concorreram ao prêmio de 2000, quinze projetos

finalistas nas áreas: biologia molecular, direito indígena, desenvolvimento social, reintegração de presidiários, biologia, apoio à adoção, educação ambiental, apoio a portadores de deficiências, serviço social com menin@s em situação de rua, assistência a prostitutas, administração de empresas, educação, apoio ao desenvolvimento sustentável, literatura infanto-juvenil e apoio às mulheres negras.



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602 - Ed. Venâncio 3000
70716-000 - Brasília-DF - Brasil

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
Fêmea